

APRESENTAÇÃO

Cultura, memória, história e identidade: desafios das pesquisas regionais

Telmo Marcon¹

Apresentar a obra em questão que inclui textos de autores reconhecidamente fundamentais para estudos sobre a região oeste de Santa Catarina me deixa feliz, mas também apreensivo. São anos de pesquisas dos autores que participam com suas contribuições específicas e que foram se tornando referência para o estudo e debate acadêmico. São, portanto, textos clássicos sobre a região oeste de Santa Catarina abordando vários temas sob diferentes perspectivas. Diante de várias possibilidades para efetivar a apresentação resolvi optar pela problematização de algumas questões teóricas emergentes das pesquisas locais,² perspectiva na qual se inserem os textos da presente obra. Não farei, portanto, comentários específicos e individuais sobre os textos. No entanto, a partir das questões que serão levantadas é possível estabelecer um diálogo crítico com alguns desses trabalhos.

A apresentação pretende, portanto, problematizar alguns aspectos teóricos vinculados à região do ponto de vista da cultura, da história, da memória e da identidade. Essas discussões foram, em parte, formuladas no bojo das pesquisas realizadas com indígenas, caboclos, sem terra, etc. No desenvolvimento dessas pesquisas foi possível experimentar as alegrias com os avanços, mas também dificuldades, especialmente em relação às fontes de pesquisa e às questões de natureza teórico-metodológicas. Pesquisar é uma

tarefa provocativa, semelhante ao trabalho de parto: ao mesmo tempo em que é dolorido e faz sofrer, traz à tona vida e ressignifica as experiências dos sujeitos envolvidos e também do pesquisador. Pesquisar é gratificante.

Os textos que compõem a presente publicação, nesse momento como reedição, resultam, basicamente, de iniciativas pessoais importantes e que abriram caminhos para a problematização da realidade regional. Nesses processos foram se interpondo inúmeros problemas, conceitos, metodologias, fontes de pesquisa, mas que também ressignificaram interpretações que se tornaram hegemônicas em relação ao oeste de Santa Catarina. As pesquisas desenvolvidas atestam a presença de inúmeros sujeitos com suas culturas, valores, práticas e experiências e ajudaram a desbravar inúmeros temas, bem como evidenciar a complexidade presente numa região. Pesquisas dessa natureza são fundamentais, como nos diz Amado (1990, p. 12-13), por várias razões.

O estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.

A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto, o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. Por isso, quando emerge das regiões economicamente mais pobres, muitas vezes ela consegue também retratar a história dos marginalizados, identificando-se com a chamada *História popular* ou *história dos vencidos*.

Por todas as razões expostas, a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade das teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo ou uma ou outra região, em geral, a hegemônica.

Janaina Amado sintetiza de uma forma clara e objetiva a contribuição das pesquisas que abordam temas e questões regionais. Tendo esses elementos como pano de fundo pretendo refletir sobre alguns desafios que se colocam, independentemente do avanço das pesquisas já realizadas. Trata-se das questões relativas à história, à memória, à cultura e à identidade. Esses conceitos perpassam de algum modo os textos, às vezes, diretamente, outras de tangência.

As pesquisas regionais suscitam e se defrontam com questões de naturezas diversas. Uma das mais desafiadoras refere-se às fontes de pesquisa tanto em relação àquelas existentes quanto as que precisam ser produzidas para o desenvolvimento das investigações. Ao colocar o problema das fontes de pesquisa estou pondo em questão as memórias, a cultura, concepções de história e de identidade. Desses processos surgem vários questionamentos: que fontes precisam ser produzidas e como proceder para tanto? Quem as produziu e em que condições foram produzidas as fontes já existentes? Que elementos elas revelam e quais permanecem velados? De que forma o questionamento às memórias hegemônicas pode ajudar a ampliar o horizonte de investigações regionais? Como avançar em pesquisas de cunho regional sem perder de vista as relações estruturais? Como acessar às fontes se muitas delas ainda permanecem sob o controle de pessoas ou instituições, portanto, não públicas, conforme observações feitas por Amado (1990, p. 11), quando diz que, muitas vezes, “a documentação local, necessária às pesquisas geralmente está em mãos de pessoas que se consideram *donas* e não querem cedê-la”. Tornar as fontes existentes de domínio público é um passo importante para o desenvolvimento das pesquisas de um modo mais independente³.

Essas são algumas questões relativas às fontes de pesquisas. A mais desafiadora é de como fazer avançar pesquisas com grupos populares que ainda não produziram fontes de pesquisa ou que ainda não ganharam credibilidade ou visibilidade. A respeito, Hobsbawm lança um importante desafio no sentido de desbravar caminhos.

Na maior parte dos casos, o historiador da história feita pelo povo encontra apenas o que procura, não o que já está à sua espera. A maioria das fontes desse tipo de história foi reconhecida como tal apenas porque alguém fez uma pergunta e, em seguida, garimpou desesperadamente à procura de uma maneira - qualquer maneira - de respondê-la (1990, p. 9).

As pesquisas que deram suporte para os textos que compõem a presente obra se defrontaram de modo mais ou menos intenso com essas questões. Suas contribuições vão além dos conhecimentos produzidos sobre a região. Elas ajudam a redimensionar a história do país na medida em que problematizam a região a partir da sua história, dos sujeitos que nela interferiram, dos conflitos, tensões e contradições inerentes aos processos de ocupação e de colonização. A tendência dominante no país foi de interpretar a história a partir dos ciclos econômicos e dos centros de poder. Não é por acaso que inúmeras regiões do Brasil somente ganharam visibilidade muito recentemente. A região em questão permaneceu praticamente no anonimato em relação ao país e também ao estado (província) de Santa Catarina até há poucas décadas. Até poucas décadas poucas pesquisas foram levadas à cabo sobre a região e, na maioria das vezes, por iniciativa individual e não coletiva ou institucional. Algumas dessas pesquisas têm em vista muito mais exaltar a região do que investigar as relações construídas e transformadas historicamente.⁴ As pesquisas que foram se multiplicando nos últimos anos, no entanto, ajudam a compreender a região oeste enquanto um espaço construído por diversos grupos étnico-culturais e não apenas pelos colonizadores, especialmente as pesquisas em relação aos índios, aos brasileiros (caboclos) e aos movimentos sociais. As pesquisas sobre a região merecem destaque, independentemente das abordagens e dos referenciais utilizados.

A tendência de interpretar a história, como dizia Amado, do ponto de vista daquilo que se tornou dominante é uma realidade no Brasil. A pluralidade de experiências construídas nas regiões periféricas permaneceram por décadas e séculos silenciadas. Daí a

dificuldade dessas memórias serem reconhecidas pela sociedade dominante. As contribuições de Benjamin a respeito do silenciamento de memórias são importantes, especialmente quando discute os conceitos de tempo e de história. Benjamin critica a visão linear de tempo presente nas interpretações da história e propõe uma inversão no modo de ler o passado. A visão linear de história legitima a ação dos dominantes e suas práticas de *barbárie*. Ao propor uma ruptura com a concepção de tempo dominante que destaca apenas o progresso e o desenvolvimento diz ser necessário dar visibilidade às experiências que foram destruídas ou silenciadas. Esse é um dos grandes desafios em termos de compreensão da história e das memórias regionais e, por conseguinte, das identidades.

A concepção de tempo instaurada pela colonização no oeste catarinense privilegiou as categorias de progresso, modernização e desenvolvimento e desconsiderou quase por completo os sujeitos que até então ocupavam a referida região. A própria colonização foi vista basicamente do ponto de vista de um tempo linear e as experiências de luta e sofrimento dos demais grupos foram praticamente silenciadas. O importante dos processos que envolvem memórias é que, mesmo permanecendo silenciadas por anos, décadas e até séculos, elas podem ser despertadas através de novas interrogações e de pesquisas. Como dizia Hobsbawm, a história feita pelo povo é reconhecida "porque alguém fez uma pergunta". Essa pergunta implica na inversão do tempo linear dominante. O ato de interrogar o passado exige um esforço permanente. Conseguir arrancar do silêncio as experiências de luta e resistência dos grupos que não se tornaram hegemônicos é difícil, mas é condição para ressignificar o tempo presente. Esses processos se evidenciam, especialmente quando se trata da história e da cultura indígena e cabocla. O que parecia silêncio renasce com muita vitalidade no tempo presente.

Reler o passado silenciado não é um processo simples e a crítica à concepção linear de tempo é apenas um primeiro passo. Ao analisar a obra *Angelus Novus*, de Klee, Benjamin vê um anjo se

esforçando para voltar-se ao passado, mas encontra muitas resistências. Quando consegue olhar para o passado vê catástrofe e ruína onde os dominantes reconheciam apenas progresso e uma cadeia linear de acontecimentos.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1994a, p. 226).

Benjamin diz que a idéia de progresso se embasa numa noção de tempo *homogêneo e vazio*. A tendência dominante é de olhar para frente e exaltar o progresso, a modernização e o desenvolvimento e escamotear as contradições e tensões concretas. Por isso, propõe ler a *história à contrapelo*. é a possibilidade para dar voz aos silêncios e denunciar as práticas de violência visto que, para Benjamin (1994a, p.225), “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie”.

A superação da visão determinista e linear de tempo implica em questionar também o papel das tradições. A respeito, diz Benjamin (1994a, p. 224), é preciso “arrancar a tradição do conformismo, que quer apoderar-se dela”. O esforço para o reconhecimento do passado não significa legitimá-lo. Daí a necessidade de interrogá-lo continuamente com uma dupla intencionalidade: para não perder de vista as raízes sobre as quais foi construída a história e para não usar o passado como justificativa da dominação no tempo presente. Não faltam movimentos e organizações sociais que buscam no passado elementos para justificar posturas conservadoras e práticas de dominação.

Benjamin se utiliza de uma imagem para dar conta desse processo e diz: "Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo" (BENJAMIN, 1994b, p. 239).

Através desse movimento em direção ao passado pode-se revitalizar as tradições vividas, bem como dar visibilidade às experiências *silenciadas* que, de alguma forma, sobreviveram nas memórias através de pequenos fragmentos. Para Benjamin não há memória e nem passado estáticos, ou seja, é preciso estar vigilante para que as experiências vividas não caiam no esquecimento e nem que determinadas representações dominantes continuem sendo utilizadas para legitimar discriminações e a própria dominação. Há inúmeras situações na atualidade que nos levam a interrogar o passado: são as organizações sociais populares, as reivindicações por terra, a luta pela preservação da língua e da cultura, a exigência de uma educação diferenciada, uma saúde articulada aos conhecimentos tradicionais, o direito de cidadania e de sobrevivência, etc. São essas situações que nos instigam a voltar ao passado em busca de razões que permitem compreender os porquês de alguns grupos étnico-culturais viverem em condições precárias e de marginalização.

As provocações formuladas por Walter Benjamin permitem um diálogo com Edward Thompson, especialmente quando discute o conceito de "experiência". Na crítica que faz ao estruturalismo economicista, Thompson insiste na necessidade de incorporar a categoria experiência, visando fundamentar uma outra interpretação concepção de história. Thompson investigou as experiências vividas pelos grupos populares, especialmente na gênese da sociedade capitalista, período em que se travam intensas disputas entre a cultura popular e os valores capitalistas emergentes. Nessas investigações encontra elementos suficientes para evidenciar como as representações dominantes negligenciam, escamoteiam ou negam elementos e valores fundamentais dos grupos populares. Na mesma linha de Benjamin, Thompson volta-se ao passado

silenciado para questionar a linearidade e o determinismo das interpretações feita pelos grupos e classes dominantes. Faz essa crítica para evidenciar que a história é permeada de contradições na qual convivem múltiplos sujeitos com valores, interesses e intenções. Reconhecer apenas alguns desses elementos significa empobrecer o conhecimento histórico e também legitimar as práticas dominantes.

Essas reflexões nos levam a problematizar os conceitos de história, de memória, de cultura e de identidade. Foi o que tentei desenvolver através das pesquisas realizadas com grupos que viveram e vivem à margem da sociedade (MARCON, 1994, 1997, 2003). Ao questionar a compreensão de história, colocam-se em discussão quais as memórias que foram reconhecidas e valorizadas e quais foram silenciadas. O mesmo ocorre em relação a compreensão de cultura, muitas vezes, associada à civilização, ou seja, com a cultura que se tornou dominante. Essas questões nos remetem ao problema da identidade. Em geral predomina uma noção restrita de identidade que também se associa com os valores, projetos e ações que se tornaram hegemônicos. Na região oeste de Santa Catarina convivem de modo contraditório, conflitivo e tenso várias identidades. Novas pesquisas devem fazer avançar essas discussões buscando aprofundar os elementos próprios dos grupos e classes presentes na região, não de forma isolada, mas no contexto das relações mais amplas com o estado e o país. Dessa forma, como observa Amado, podemos testar as interpretações e teorias mais gerais.

O retorno sistemático ao passado para resgatar as experiências vividas pelos diferentes sujeitos se coloca como condição para superar os problemas históricos tanto em termos de pesquisa quanto de intervenção política. Para tanto, é fundamental estar vigilante para não idealizar determinadas experiências socioculturais. É preciso ter o cuidado na formulação crítica das experiências atentando para o que Williams, Thompson e Stuart Hall definem como relações de dominação, de resistência e de mudança. Williams (1979, p. 126) resume esses processos quando diz que “as definições do emergente, bem como do residual, só podem ser feitas em relação

com um sentido pleno do dominante”. Williams (1979, p. 17) propõe que se pense os conceitos como processos e problemas e não como respostas acabadas. A respeito diz: “Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos - os conceitos, como se diz, dos quais partimos - não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos...”.

Essa perspectiva abre inúmeras possibilidades pensar as relações estabelecidas no passado, as transformações ocorridas e a emergência do novo no contexto atual entre os diferentes grupos étnico-culturais: caboclos, indígenas e colonizadores, principalmente no contexto da expansão da colonização e do setor madeireiro. As transformações provocadas pela presença de colonizadores trouxe conseqüências importantes, entre as quais, a destruição das matas, referência fundamental para os indígenas e caboclos. O desenvolvimento da região, portanto, é perpassada de contradições que se reproduzem de diferentes modos até os dias atuais. Os conflitos entre os grupos étnico-culturais ainda se fazem presente de diferentes modos e as discriminações também se reproduzem. A pesquisa de Both (2005) evidenciam como no âmbito da escola são intensas as práticas de discriminação e os preconceitos em relação aos indígenas.

Aprender essas tensões e contradições é possível na medida em que os referenciais teóricos conseguem dar conta das particularidades de cada cultura e de cada grupo étnico-cultural, mas também das relações que esses grupos construíram historicamente e estabelecem no contexto atual. As contribuições de Stuart Hall apontam nessa direção quando diz que “o essencial em uma definição da cultura popular são as relações que colocam a ‘cultura popular’ em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante” (2003, p. 257). Dessa forma, é possível compreender as particularidade dentro de um contexto de totalidade, bem como recuperar a dimensão política da ação dos grupos populares: “a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra uma cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência” (2003, p. 263).

Tendo essa compreensão como referência pode-se avançar no estudo da história e da cultura dos diferentes sujeitos presentes na região oeste catarinense evitando idealizar culturas, ou seja, superando a tendência romântica de cultura e também a tendência que reduz a cultura popular a simples reflexo da cultura dominante. Os grupos populares se constituem e se transformam nos embates históricos de luta e de resistência; de domínio e de preservação. A respeito Hall diz:

Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de cujo desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural (2003, p. 255).

Essas considerações têm como objetivo desafiar a realização de novas pesquisas a partir do trabalho já desenvolvido por pesquisadores que têm suas pesquisas traduzidas em textos e estão sendo reeditados. Ainda são muitos os desafios e possibilidades de pesquisas sobre a região oeste de Santa Catarina em relação aos indígenas, aos caboclos, negros, descendentes de imigrantes; questões de cultura, de relações de poder, de política, de formação socioeconômica, de educação escolar e não formal, de movimentos sociais populares, de práticas alternativas de sobrevivência, etc. Os textos que compõem a presente obra abrem caminhos que precisam de continuidade.

Notas

¹Doutor em História social pela Puc/SP; pós-doutorado pela UFSC. Professor e pesquisador junto ao programa de pós-graduação em educação pela Universidade de Passo Fundo.

² O conceito de local é um tanto problemático por não dar a priori uma real dimensão da realidade. O que é uma pesquisa local? Em que medida ela é local se os resultados contribuem para o debate global? O universal existem sem a diversidade e a riqueza do local?

³ Um trabalho importante nessa direção e que merece o reconhecimento de todos está sendo desenvolvido pelo Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.

⁴ A título de ilustração pode-se fazer menção ao trabalho de Silva (1950).

Referências

AMADO, Janaina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (Org). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marcon Zero; Brasília: MTC/CNPq, 1990, p. 7-15.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994a (Obras escolhidas, v. I), p. 222-232.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b (Obras Escolhidas, v. 2).

BOTH, Ilaine Inês. **Indígenas e colonizadores: desafios para uma educação intercultural no oeste catarinense**. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organizadora Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWM, E. J. A outra história - Algumas reflexões, in: KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

MARCON, Telmo. **História e cultura Kaingang no sul do Brasil.** Passo Fundo: Gráfica UPE, 1994.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura.** Chapecó, Grifos, 2003.

SILVA, Zader Perfeito da. **Oeste Catarinense.** Rio de Janeiro: Laement, 1950.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.